

***SPECULUM IMITATUR, VITA PROBAT: O LIVRO
DAS CLARAS E VIRTUOSAS MULHERES E AS
MULHERES DE ÁLVARO DE LUNA***
***SPECULUM IMITATUR, VITA PROBAT: THE BOOK OF
CLEAR AND VIRTUOUS WOMEN AND THE WOMEN
OF ÁLVARO DE LUNA***

LORENA DA SILVA VARGAS¹

Resumo: Em 1446, começou a circular, pelo reino de Castela, o *Livro das Claras e Virtuosas Mulheres*, um tratado inserido no contexto da “querela das mulheres” que buscou defender as qualidades e capacidades do gênero feminino. Através da apresentação de modelos de mulheres procedentes da Antiguidade, seu autor, o condestável de Castela, dom Álvaro de Luna (1390-1453), propagava à sociedade castelhana o potencial feminino para alcançar as virtudes, segundo o qual derivariam muito mais de fatores como a educação e os hábitos de um indivíduo que de seu sexo. Homem de grande influência na corte, humanista e amante das artes, Álvaro de Luna, mais que tomar partido nas discussões cortesãs de seu tempo, pretendia ser, junto a sua família, um exemplo de conduta e moral no reino. Neste artigo, equipararemos os modelos de conduta ressaltados por Álvaro de Luna e o comportamento das mulheres de sua casa, fundamentalmente sua esposa, Juana Pimentel, e sua filha, Maria de Luna, buscando compreender a relação entre teoria e prática no desenvolvimento e difusão de obras desse gênero.

Palavras-chave: querela das mulheres; Reino de Castela; *Livro das Claras e Virtuosas Mulheres*

Abstract: In 1446, the *Book of Clear and Virtuous Women* began to circulate throughout the kingdom of Castile, a treatise situated within the context of the “querelle des femmes” that sought to defend the qualities and abilities of the female sex. Through the presentation of exemplary women from Antiquity, its author – the constable of Castile, Álvaro de Luna (1390–1453) – conveyed to Castilian society the feminine potential to attain virtue, which, according to him, derived far more from factors such as education and individual habits than from one’s sex. A man of great influence at court, a humanist, and a lover of the arts, Álvaro de Luna aimed not only to take a stance in the courtly debates of his time but also to make himself and his family a model of conduct and morality within the kingdom. In this article, we compare the models of behavior emphasized by Álvaro de Luna with the conduct of the women of his household – primarily his wife, Juana Pimentel, and his daughter, Maria de

¹ Doutora em História da Arte pelo Programa de Pós-Graduação “Europa y el Mundo Atlántico: Poder, Cultura y Sociedad” da Universidad de Valladolid. (Email: lorenada.silva@uva.es)

Luna – seeking to understand the relationship between theory and practice in the development and dissemination of works of this kind.

Keywords: the *querelle des femmes*; Kingdom of Castile; *Book of Clear and Virtuous Women*.

Introdução

Na década de 1440, começou a circular pela Península Ibérica uma das principais obras literárias escritas pelo condestável de Castela, dom Álvaro de Luna: um tratado moral intitulado *Livro das Claras e Virtuosas Mulheres*. O próprio autor reconheceu no prólogo que conciliava sua escritura com seus deveres como condestável e que, mesmo cansado e às vezes ferido, sempre retornava à redação da obra, pois tão importante quanto cuidar do reino por meio da espada era fazê-lo por meio da pena.

A redação da obra foi motivada pelo contexto da “querela das mulheres”, um debate literário que floresceu na França no século XIII e chegou ao século XV por meio de intelectuais como a poetisa Christine de Pisan e o humanista Jean de Montreuil. Tratava-se de um debate que se desenvolveu a partir do *Romance da Rosa* (1275) de Guillaume de Lorris e Jean de Meung, um poema no qual os autores difundiam uma imagem de mulher e feminilidade que, no mínimo, dividia opiniões: enquanto os homens eram associados às virtudes, principalmente cardeais, as mulheres eram associadas aos vícios e ao pecado, sendo ridicularizadas por seu caráter “passional”.

O debate gerado sobre a essência feminina ganhou maiores proporções e avançou à Península Ibérica, chegando ao reino de Castela. Ali, sua grande incentivadora foi a rainha consorte Maria de Aragão (1403-1445), casada com o rei Juan II, que convidou os homens mais eruditos de sua corte a tomarem partido pelas mulheres e a se envolverem na discussão, principalmente em resposta a certas difamações sofridas pelo sexo feminino através de obras como *El Corbacho*. Escrito em 1438, *El Corbacho* foi fruto das reflexões de seu autor, Alfonso Martínez de Toledo, arcebispo de Talavera, sobre a natureza feminina. Tais reflexões, desenvolvidas a partir do Gênesis e dos discursos aristotélicos, o levaram a concluir que a natureza feminina era repleta de vícios, sendo a grande responsável por conduzir o sexo masculino ao pecado. Além disso, era considerada uma natureza deficiente, pois teria sido formada a partir de um fragmento do homem, suas costelas, e não de todo o seu corpo, sendo assim entendida como um ser inferior, um “homem imperfeito”, como definia Aristóteles.

Entre os eruditos que atenderam ao chamado da rainha e empregaram suas penas em favor das mulheres estavam o poeta Juan Rodríguez de la Cámara que, em 1441, publicou o *Triunfo de las donas*; o intelectual e político Diego de Valera, com seu *Tratado en deffensa de virtuossas mujeres*, lançado em 1444; e o condestável de Castela, Álvaro de Luna, com o *Livro das Claras e Virtuosas Mulheres*, datado de 1446. Nos centraremos nesta última obra buscando compreender a relação estabelecida entre teoria e prática na definição do gênero feminino e da imagem dos Luna y Pimentel.

O tratado moral do condestável de Castela

Reconhecido em seu tempo como “o maior homem sem corona que então se encontrava”², Álvaro de Luna (1390-1453) foi um dos personagens mais influentes na corte de Juan II, braço direito do rei e uma referência não apenas de cavaleiro, mas também de nobre e humanista. Homem culto e frequentador assíduo dos círculos literários, buscava manter-se atento às tendências intelectuais e estéticas que provinham do exterior, sendo frequentemente precursor tanto de modas quanto de debates em Castela. No âmbito da “querela das mulheres”, mais que expressar sua opinião pessoal sobre o tema, demonstrar seus amplos conhecimentos em História, Literatura e Filosofia – ao fazer referência a figuras como Justiniano, Tito Lívio, Petrarca, Aristóteles e Platão – e prestar seu apoio à rainha consorte, o condestável atribuía à sua obra o propósito de difundir na sociedade as qualidades e capacidades do gênero feminino, funcionando como um tratado moral.³ Como resultado, o *Livro das Claras e Virtuosas Mulheres* tornou-se, junto a obras como o *Llibre de les dones* de Francesc Eiximenis e o *Jardim das Nobres Donzelas* de frei Martín de Córdoba, um dos “espelhos de princesa” mais difundidos da segunda metade do século XV na Península Ibérica, figurando em inventários tão relevantes quanto o da rainha Isabel, a Católica.⁴

O *Livro das Claras e Virtuosas Mulheres*⁵ consiste em um tratado argumentativo dividido em três partes, cujo objetivo era instruir seus leitores – tanto homens quanto

² PEDRO DE ESCAVIAS. **Repertorio de príncipes de España**. Edición de Michel García. Jaén, 1972. Original datado do século XV. “El mayor honbre sin corona que por entonces se fallava”.

³ MARINI, Massimo. Virtuosas e claras mugeres de Álvaro de Luna: escritura y erudición en la corte de Juan II, **Anuario de Estudios Medievales**, 54 (1): s.p, 2024.

⁴ CHICOTE POMPANIN, María Teresa y FUENTES ORTIZ, Ángel. “‘El auctor de esta obra es el condestable don Álvaro de Luna’. Génesis, iluminación y suntuosidad en las Virtuosas e Claras Mujeres”. In: LÓPEZ GÓMEZ, Óscar. (coord.). **Don Álvaro de Luna y Escalona. Poder, propaganda y memoria histórica en el otoño de la Edad Media**. Toledo, 2013, pp. 171-212.

⁵ ÁLVARO DE LUNA. **Libro de las Claras y Virtuosas Mujeres**. Edición crítica de Don Manuel Castillo. Madrid-Toledo: Establecimiento tipográfico de Rafael G. Menor, 1908. Original datado de 1446.

mulheres – sobre o potencial, o valor e a moral feminina a partir de exemplos de mulheres virtuosas da Antiguidade. Cada livro recorre ao período histórico correspondente, interpretados como: “*lei divinal da escritura, lei da natureza e a lei da graça. Esta segmentação, na qual a Bíblia sucede a Roma e Roma a cristandade, implica uma visão histórica de caráter medieval que coincide com uma ordem natural na argumentação, distribuída em uma disposição ‘per tempora’*”⁶. A primeira parte, composta por dezoito capítulos, trata de mulheres bíblicas, procedentes da lei divinal da escritura, que se destacavam por virtudes como a profecia e a sabedoria, ressaltando sua capacidade dialética e seu poder de convencimento com respeito aos homens. Entre as personagens destacadas estão Santa Isabel, definida como mulher de espírito profético; a rainha de Sabá, comparada a Platão e Anaxágoras em sabedoria; Débora, “*a qual não só resplandeceu por espírito de profecia, que é o mais alto grau que o homem pode alcançar, mas também resplandeceu pela grandeza de conselho, pela muito clara justiça e pelo ardor do coração*”⁷; e, inaugurando a obra, a Virgem Maria, considerada o modelo de mulher por antonomásia.

Na segunda parte, composta por setenta e oito capítulos, o condestável traz à luz algumas mulheres pagãs da Antiguidade, procedentes da lei da natureza, destacando que elas alcançaram a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança por meio de sua própria consciência, uma vez que desconheciam os mandamentos divinos. Tal seleção enfatiza que as virtudes cardeais emanam principalmente do comportamento e da sabedoria individual, independentemente do contexto cultural. Por conhecerem as leis divinas, as mulheres cristãs teriam o dever moral de buscar as virtudes, enquanto as mulheres pagãs, ao agirem segundo sua própria consciência e sem conhecimento das leis de Deus, seriam dignas de mais mérito. Também destaca a firmeza e a castidade das viúvas, que souberam amar seus maridos e defender sua linhagem após sua morte. Como exemplo, o autor cita Penélope, filha do rei Ícaro, que permaneceu casta durante sua viuvez, apesar de sua “*grande beleza,louváveis costumes e nobre linhagem*”⁸; assim como Zenobia, imperatriz da Palmira: mulher culta e conhecedora das histórias latinas, gregas e bárbaras, ao falecer seu marido “*governou o*

⁶ Álvaro de Luna. **Virtuosas e Claras Mugeres**. Edición, introducción y notas de Lola Pons Rodríguez. Segovia: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua, 2008, p. 53. “La ley divinal de escritura, la ley de natura y la ley de gracia. Esta segmentación, en la que a la Biblia sucede Roma y a Roma la cristiandad, comporta una visión histórica de calado medieval que coincide con un orden natural en la argumentación, distribuida en una disposición *per tempora*”.

⁷ Álvaro de Luna, *Op.cit.*, p. 45. “La qual non solo resplandeció por spiritu de propheçia que es el mayor grado que el onbre alcançar puede, mas resplandeció por grandeza de conseio e por muy clara iusticia, e por avançamiento de coraçon”.

⁸ *Ibidem*, p. 181. “Gran hermosura, e loables costumbres, e noble linaje”.

império de tal maneira, que nem Galeno, nem, depois dele, o imperador Cláudio, ousaram tentar coisa alguma contra ela”⁹.

A terceira e última parte, com vinte e um capítulos, trata das santas e demais mulheres cristãs da Antiguidade, compreendidas pelo período da lei da graça, ressaltando sua santidade, sabedoria e amor a Deus. Entre os exemplos estão: Santa Lúcia, “*cuja firmeza de coração foi tal que, deixando de lado sua santidade, na qual foi muito esclarecida, não duvido que seja de antepô-la a Sócrates*”¹⁰; e Santa Eugênia, que alcançou a glória das sete artes liberais por sua própria sabedoria e fé.¹¹

Para a seleção e breve análise da vida das 124 mulheres que compõem a obra, Álvaro de Luna contou com a ajuda – como ele próprio indica – do *Adversus Jovinianum* de São Jerônimo, escrito por volta do ano 393. Utilizar como fundamento uma autoridade teológica da magnitude de São Jerônimo, autor da *Vulgata* e doutor da Igreja, não apenas conferia legitimidade doutrinal ao tratado, mas também demonstrava a erudição do autor no campo religioso e filosófico. Além da obra de São Jerônimo, é provável que ele também tenha recorrido à *Legenda Áurea*, de Tiago de Voragine, o mais importante compêndio hagiográfico da Idade Média, considerando que as santas selecionadas – tais como santa Ágata, santa Luzia ou santa Maria Madalena – eram amplamente veneradas naquela conjuntura, aparecendo de forma recorrente tanto em “espelhos de princesa” quanto em representações artísticas devido ao caráter pedagógico e simbólico de suas histórias. Por este motivo, é possível que a eleição de determinadas santas sobre outras se deva mais a uma questão circunstancial que a uma devoção pessoal.

Para defender a igualdade original entre homens e mulheres, Álvaro de Luna utilizou o mesmo fundamento religioso que seus oponentes na “querela das mulheres”, embora com uma exegese distinta: afirmava que a mulher foi criada a partir da própria carne do homem, o que indica que compartilhavam a mesma natureza.¹² Além disso, foi criada não dos pés ou da cabeça, mas das costelas, em sinal de igualdade com o sexo masculino, e dizia: sem as mulheres

⁹ *Ibidem*, p. 190. “Gouerno el inperio en tal manera, que nin Galieno, nin, después del, el enperador Claudio, non osaron prouar cosa contra ella”.

¹⁰ *Ibidem*, p. 213. “Cuya firmeza de coraçõ fue tanta, a que pasando callada la su santidad, en que fue mucho esclarecida, non dubdo que es de anteponer a Sócrates”.

¹¹ *Ibidem*, p. 233.

¹² HERNÁNDEZ AMEZ, Vanesa. Mujer y santidad en el siglo XV: Álvaro de Luna y El Libro de las Virtuosas E Claras Mugeris, *Archivum*, 52/53: 255-288, 2002/2003.

*não haveria homem, nem apóstolos, nem profetas, nem mártires. (...) E assim, aqueles que contra as virtuosas e claras mulheres, ou misturando umas com outras, em comum, algumas coisas quiseram ou querem dizer, mais propriamente podemos dizer que falam mais por vontade que por razão, e mais contra si mesmos que contra elas.*¹³

O autor também explicava que, ao ser criação divina, a mulher não era um ser incompleto, como defendia a literatura misógina: era perfeita e acabada segundo as intenções de Deus para esse ser. Paulo, na Epístola aos Efésios, convidava os cristãos a serem como Deus, que era o homem perfeito — porém homem não no sentido humano (*homo, anthropos*), mas no sentido masculino, viril (*vir, aner*). Enquanto o homem foi criado à imagem e semelhança do Criador, a mulher foi criada à imagem e semelhança da criatura, para ajudá-lo na perpetuação da vida. Nesse sentido, se o homem perfeito era Deus, a mulher perfeita era a que se assemelhava ao homem, ou seja, a *virago*: mulher viril que, sem deixar de cumprir com os códigos de conduta e aparência que lhe correspondiam segundo seu sexo e gênero, buscava ser (*vir*)tuosa, cultivando em seu dia a dia a justiça, a prudência, a fé, entre outras qualidades que seriam naturais aos homens¹⁴. O termo *virago* foi utilizado na Idade Média “para elogiar mulheres senhoriais que exerciam poderes autoritários que geralmente eram concebidos como masculinos”¹⁵, sendo entendidas, na prática, não como aberrações, mas como seres admiráveis por sua capacidade de transgredir as “limitações” de seu gênero.¹⁶

Álvaro de Luna também argumenta que o pecado e os vícios não são próprios da natureza feminina, mas da natureza humana, assim como a santidade e as virtudes. Por este motivo, tanto homens quanto mulheres deveriam vigiar seus pensamentos e ações a fim de evitar o pecado.¹⁷ Virtudes como a sabedoria, a paciência, a firmeza, a castidade, a fé, a caridade, a honra, a humildade, a valentia, a piedade, a dialética, a honestidade, a bondade e a prudência – não por acaso todas femininas – são identificadas reiteradamente nas vidas das mulheres que configuram o tratado. Embora essas qualidades sejam comparadas às de varões

¹³ *Ibidem*, p. 249 e 250. “No habría varón, ni apóstoles, ni profetas, ni mártires. (...) E así, los que contra las virtuosas e claras mugeres, o mezclando unas con otras, en comun, algunas cosas han querido o quieren dezir, mas propiamente podemos dezir, que fablan de voluntad que con rrazon, e contra si mesmos, que contra ellas”.

¹⁴ ARMSTRONG-PARTIDA, Michelle. Making Women, Masculinity, Same-Gender Desire, and the GenderQueer Visible in Medieval Iberian History, *Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies*, 47: 87-109, 2022.

¹⁵ LOPRETE, Kimberly. “Gendering viragos: medieval perceptions of powerful women”. In: MEEK, Christine E. e LAWLESS, Catherine (eds.). *Victims or viragos?* Dublin: Four Courts Press, 2005, pp. 17-38, p. 21.

¹⁶ SCHULENBURG, Jane Tibbetts. *Forgetful of their sex: female sanctity and society*. Chicago: University Of Chicago Press, 2001.

¹⁷ Álvaro de Luna, *Op.cit.*, p. 46.

reconhecidos pelos mesmos atributos, Luna conclui que nem mesmo o mais ilustre entre eles poderia igualar às virtudes alcançadas por essas damas.

Atualmente, as versões mais antigas do *Livro das Claras e Virtuosas Mulheres*, datadas de 1446, se conservam na *Biblioteca General Histórica* da Universidade de Salamanca, correspondentes aos manuscritos Ms. 207 e Ms. 2654. O primeiro consiste em um códice em pergaminho escrito com letra gótica, ricamente iluminado com motivos naturais e antropomorfos. As armas dos Luna aparecem na parte inferior dos fólhos 3 e 55, enquanto a vieira e o escudo da Ordem de Santiago, da qual o condestável era Mestre, são identificados no folio 55. Como destaca Manuel Castillo em sua edição crítica sobre este códice, “*sua bela letra alemã, sua escrita em duas colunas, suas orlas, suas miniaturas e o esmero e luxo de sua confecção recreiam a vista e satisfazem sobremaneira os mais exigentes em gosto e apreço por este tipo de trabalhos*”¹⁸. A ausência de qualquer outra heráldica ou símbolo que sugira um destinatário diferente do próprio condestável, somada à riqueza ornamental desse manuscrito, constituem indícios de que poderia ter sido concebido para integrar sua biblioteca pessoal. No entanto, o trabalho de iluminação desta edição não chegou a ser concluído, possivelmente devido aos infortúnios que começaram a se acumular na vida de dom Álvaro a finais da década de 1440.

A segunda cópia conservada na *Biblioteca General Histórica* da Universidade de Salamanca (Ms. 2654) pertencia ao *Colegio Mayor de San Bartolomé*, localizado na mesma cidade. Trata-se de um códice em papel, com letra redonda e iniciais em vermelho e azul com desenhos lineais. A letra capitular do primeiro fólho traz as armas da família Luna acompanhadas das vieiras de Santiago, anunciando o remetente, enquanto na parte inferior do fólho aparecem as armas de sua proprietária: dona Angelina Coscón y Lacarra, esposa de Juan de Luna y Cerdán, senhor de Ricla, parente distante do condestável. Como era costume, o autor presenteava cópias de sua obra a pessoas de seu círculo, assim como a personalidades de outros reinos, com o objetivo não apenas de instruí-los, mas também de difundir seu nome no meio humanístico.

Além dos dois códices datados do século XV, a *Biblioteca General Histórica* também conserva uma edição moderna, de 1575 (Ms. 2200), proveniente do Colégio de Cuenca. Outras edições do *Livro das Claras e Virtuosas Mulheres* podem ser encontradas na

¹⁸ *Ibidem*, p. 11. “Su hermosa letra alemana, su escritura á dos columnas, sus orlas, sus miniaturas y el esmero y lujo de su confección, recrean la vista y satisfacen sobre manera á los más exigentes en gusto y afición á esta clase de trabajos”.

Biblioteca Nacional de España (Ms. 19165, ano 1703) e na *Biblioteca Menéndez Pelayo* (Ms. 76, ano 1857).

Juana Pimentel e Maria de Luna: claras e virtuosas mulheres?

O *Livro das Claras e Virtuosas Mulheres* constitui não apenas uma defesa do valor feminino, mas também um testemunho do refinamento cultural e político que caracterizou dom Álvaro de Luna. Nesse sentido, apresentado o discurso literário, levantamos algumas questões: até que ponto o entorno pessoal poderia influenciar os textos destes tratadistas sobre a moral feminina? Por outro lado, como estes textos influenciavam a conduta das mulheres de seu círculo mais próximo? Que relação é possível estabelecer entre o *Livro das Claras e Virtuosas Mulheres* e as mulheres do condestável, ou seja, sua esposa e filha? Quais as pretensões de seu discurso? Sabemos, por um lado, que as ações de um indivíduo são o resultado de contextos e possibilidades de ação concretas; por outro, sabemos que mesmo toda a documentação disposta não é suficiente para reconstruir uma vida nem traçar perfis comportamentais precisos. No entanto, através das fontes arquivísticas conhecidas até então, é possível identificar certos padrões comportamentais da condessa Juana Pimentel e da duquesa Maria de Luna – respectivamente esposa e filha do condestável – e contrastá-los com o ideal de feminilidade delineado por Álvaro de Luna em seu tratado.

Antes de tudo, é preciso reconhecer que nenhum manual, livro didático ou formação verbal era seguido de maneira rigorosa ao longo da vida de uma mulher, sendo, portanto, equivocado afirmar que as mulheres na Idade Média se delimitavam a uma ou a outra pauta, crença ou moral. Trata-se de obras que devem ser entendidas como instrumentos de educação destinados a um estrato social elevado, mas que, ainda assim, não representam um reflexo fiel da conduta feminina, e sim do que se esperava desse gênero segundo interesses e discursos precisos.

Álvaro de Luna, consciente de sua posição na Corte, procuraria manter uma imagem exemplar, aproximando-se à conduta que nos revela sua crônica, ao medir cada gesto, palavra e ação¹⁹. Alcançar coerência entre seu discurso e sua realidade imediata era vital para a manutenção do status e da honra que detinham sua pessoa e linhagem. Mais que isso: seu tratado serviria como um mecanismo direto de construção, difusão e ratificação de uma imagem feminina que respaldava as ações e, sobretudo, a autoridade das mulheres de sua casa. Nesse sentido, é provável que, sem se afastar dos cânones de feminilidade presentes no

¹⁹ GONZALO CHACÓN. *Crónica de don Álvaro de Luna*. Edición de Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa-Calpe, 1940. Original datado de 1545.

Adversus Jovinianum e na *Legenda Áurea*, Luna optasse por enfatizar aquelas virtudes que mais se aproximassem de aspectos da personalidade e do comportamento das mulheres de seu próprio círculo familiar, projetando como modelo de virtude características das mulheres de sua própria casa. A esse respeito, o autor reconhece no livro que, em seu tempo, havia mulheres cujas virtudes eram dignas de ser glorificadas, embora não pudesse mencioná-las “para não ir contra a doutrina do sábio, em seu livro chamado *Eclesiástico*, onde diz: não louves a ninguém antes de sua morte”²⁰.

Virtudes como a sabedoria, a fortaleza, a coragem, a dialética, a devoção, a caridade, o conhecimento da arte da cavalaria e o companheirismo eram notórios em Juana Pimentel. Na qualidade de esposa do condestável, a condessa devia ser um exímio modelo de mulher: boa esposa, boa mãe, boa cristã, culta, inteligente, proativa, de nobre linhagem e de destacada beleza, tanto em gestos quanto em ornato, o que se esperava de toda boa nobre. As fontes documentais compreendidas entre 1431 e 1453, no contexto de seu matrimônio com o condestável, destacam, em especial, sua lealdade para com o marido. Juana Pimentel atuava como sua fiel “assessora”, principalmente quando as funções do condestável na corte impediam sua presença nos domínios da família, cabendo a ela a gestão de todos os bens móveis e raízes. Como era costume nas dinâmicas matrimoniais nobiliárias, além de gerir seu próprio patrimônio, a condessa também se encarregava da administração da casa, incluindo o controle das rendas, empregados e bens móveis, assim como de todos os senhorios, terras, vassalos, produção, impostos, justiça etc., na ausência do condestável, ocupações que se demarcavam dentro do que era o exercício do poder das mulheres nobres, compreendido nos últimos anos pela teoria do *queenship*²¹. Longe de estar “incapacitadas” ou de negarem a exercer o poder,²² era dever das mulheres nobres, reconhecido pelas *Sete Partidas*²³, exercer justiça em seus senhorios e nos senhorios do matrimônio na falta do esposo, sendo-lhes outorgada *potestas judicandi* a tal fim. Como explica Claudia Opitz: “*Certas atitudes de algumas nobres, autoritárias e autossuficientes — também citadas em outras fontes —*

²⁰ Álvaro de Luna, *Op.cit.*, p. 248. “Por non yr contra la doctrina del sabio, en el su libro llamado eclesiástico, donde dice: non loes a ninguno antes de su muerte”.

²¹ A respeito da teoria do *queenship*, ver: SILLERAS-FERNÁNDEZ, Núria. “Iberian Queenship: Theory and Practice”. En: GERLI, M y GILES, R. (eds.). **Routledge’s Hispanic Studies Companion to Medieval Iberia: Unity in Diversity**. Routledge, 2021, pp. 303–324.

²² BERCO, Christian. “Juana Pimentel, the Mendoza Family, and the Crown”. In: NADER, Helen (ed.). **Power and Gender in Renaissance Spain: Eight Women of the Mendoza Family, 1450-1650**. Illinois: University of Illinois Press, 2004, pp. 27-47.

²³ ALFONSO X. **Las Siete Partidas**. Ed. Gonzalo Martínez Díez. Madrid: Lex Nova, 1988. Original publicado no século XIII.

parecem contradizer a imagem da esposa subordinada. Mas não se deve esquecer que, neste caso, quem atua não é a esposa, mas a aristocrata ou a patricia: não se trata da vida conjugal, mas da atitude que se adota diante de subordinados ou de pobres”²⁴. Nesse sentido, a fim de alcançar a justiça e a boa administração patrimonial, era essencial que as mulheres nobres desenvolvessem virtudes como a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança, virtudes cardeais tradicionalmente associadas ao bom governo – e à virilidade.

O matrimônio dos condestáveis, da mesma forma, deveria apresentar-se como um modelo de harmonia, amor e lealdade e, paradoxalmente, as constantes ausências do condestável podiam facilitar a projeção desse ideal. Juana Pimentel recebeu uma formação digna de seu estrato de origem, a qual lhe permitiria atuar com sabedoria dentro das dinâmicas da corte. Foi educada por sua avó materna, dona Juana de Mendoza, a quem a *Crónica del Halconero* dedica todo um capítulo, exaltando sua estirpe, generosidade, beleza, forte caráter e suas excelentes relações interpessoais entremadas em Castela.²⁵ Seria esta dama a responsável por transmitir a Juana Pimentel toda sua erudição: designava os preceptores para sua alfabetização; a ensinava a governar e a cuidar da casa tanto como espaço doméstico quanto como espaço político; a realizar atividades como fiar e bordar; a comportar-se em festas, banquetes e cerimônias; a ser uma boa cristã, entre outros saberes e costumes essenciais para forjar-se uma boa dama, nos quais entrariam não apenas o exercício das virtudes teologais, mas também o desenvolvimento das cardeais. Desse modo, assim como diversas outras damas no reino de Castela, Juana Pimentel foi educada não apenas para frequentar um entorno de poder, mas para exercê-lo. Conforme expressa Álvaro de Luna em seu tratado, uma esposa deveria ser companheira, amante e fiel, mas também confiável e conselheira, de modo a honrar e a respaldar seu marido e sua linhagem. Para tanto, deveria possuir boa educação e ser sábia para aconselhar adequadamente o marido, administrar sua casa e os bens matrimoniais, fiscalizar a educação dos filhos e cumprir com os ritos e protocolos da nobreza, à semelhança de Ester, que “*foi muito mais nobre do que todas as*

²⁴ OPITZ, Claudia. “Vida cotidiana de las mujeres en la Baja Edad Media (1250-1500)”. In: DUBY, Georges y PERROT, Michelle (eds.). **Historia de las mujeres. La Edad Media**. Madrid: Taurus, 1992, pp. 321-390, p. 339. “Ciertas actitudes de algunas nobles, autoritarias y suficientes – citadas también en otras fuentes – parecen contradecir la imagen de la esposa subordinada. Pero no debe olvidarse que en este caso la que actúa no es la esposa, sino la aristócrata o la patricia: no se trata de la vida conyugal, sino la actitud que se adopta frente a subordinados o a pobres”.

²⁵ PEDRO CARRILLO DE HUETE. **Crónica del Halconero de Juan II**. Edición y estudio de Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa-Calpe, 1946. Original datado entre 1501 y 1600. P. 75.

*outras mulheres de seu tempo, muito esclarecida pela grandeza de seu excelente engenho, pela assinalada sabedoria e pela louvável firmeza*²⁶.

Não obstante, através do exemplo de Eugenia, apresentada na terceira parte da obra, Álvaro de Luna ressalta que “*no casamento não deve ser buscada, principalmente, a nobreza de linhagem, mas sim a de costume*”²⁷. Este posicionamento se relaciona diretamente com as origens do condestável: procedente da baixa nobreza de Aragão e filho bastardo de um pai que demorou anos para reconhecê-lo, admitia a limitação de seu avanço social em Castela, apesar de sua cultura e habilidade política. Por este motivo, buscou no matrimônio com Juana Pimentel – filha de um dos grandes desse reino, dom Rodrigo Alfonso Pimentel, conde de Benavente – marcar seu nome no berço da aristocracia castelhana. Contrair “matrimônios hipergâmicos”²⁸ consistia em uma estratégia de ascensão e estabilização social recorrente no espaço aristocrático e nobiliário ao longo da história, sem restringir-se ao contexto medieval. Consistia em alianças promovidas por famílias que buscavam estabelecer laços com estratos superiores com o claro objetivo de reforçar sua posição social e econômica. Desta maneira, a referida passagem do *Livro das Claras e Virtuosas Mulheres* poderia relacionar Eugenia a Juana Pimentel, quem contraiu matrimônio motivada não pelas origens de seu prometido – como era de se esperar de uma mulher nobre – mas sim por seu caráter.

A fidelidade da condessa também foi manifestada durante os últimos meses de vida do condestável. Em 1453, Álvaro de Luna caiu em desonra, acusado de acúmulo de poder e de usurpar o poder real, sendo preso e condenado à morte por Juan II. Entre abril e maio do mesmo ano, meses antes de sua execução, sua esposa liderou uma liga nobiliárquica com o rei de Navarra, o conde de Castro, o almirante de Castela e outros nobres, com o propósito de libertá-lo da prisão e restaurar os bens da família – que haviam sido confiscados por Juan II; em troca, a condessa brindaria a seus apoiadores – sobretudo ao rei navarro – com a fidelidade dos Luna y Pimentel.²⁹ Os acordos com o rei de Navarra, entretanto, não prosperaram, e em maio de 1453 Juana enviou uma carta ao monarca castelhano exaltando a injustiça que vinha cometendo contra Álvaro de Luna, argumentando que tudo o que pertencia ao condestável lhe fora dado pela livre vontade do rei, não havendo motivos para prisão, confiscação e muito

²⁶ *Ibidem*, p. 41. “Fue muy mas noble que todas las otras mugeres del su tienpo entero, mucho fue esclarecida por grandesa de exçelente ingenio e de señalada sabidoria e de loable firmeza”.

²⁷ Álvaro de Luna, *Op.cit.*, p. 233. “En el casamiento non deue ser buscada, prinçipal mente, nobleza de linage, saluo de costunbre”.

²⁸ PAULINO MONTERO, Elena. **Arquitectura y Nobleza en la Castilla bajomedieval. El patrocinio de los Velasco entre al-Andalus y Europa (1313-1512)**. Madrid: La Ergástula, 2020, p. 25.

²⁹ *Archivo Histórico de la Nobleza*, Osuna, c. 2183, d. 6(6).

menos condenação. Juana Pimentel finalizava sua missiva ameaçando recorrer ao Papa caso Juan II não devolvesse a liberdade a seu marido.³⁰ Este empenho da condessa em prol da salvação de Álvaro de Luna recorda a conduta de Mical, filha do rei Saul, descrita no *Livro das Claras e Virtuosas Mulheres*, quem sobrepôs sua fé em seu esposo – o futuro rei David – à sua fidelidade ao monarca, ajudando David a fugir da câmara onde se encontrava prestes a ser assassinado.

Com a execução do marido, seguida da morte do herdeiro – Juan de Luna – Juana Pimentel assumiu a titularidade de grande parte dos bens deixados por Álvaro de Luna. Este privilégio, entretanto, obrigou-a a lutar até o fim de seus dias para mantê-los em mãos de sua descendência, agora composta unicamente por mulheres: sua filha, Maria de Luna, e sua neta Juana de Luna. Para cumprir com este propósito, preservou a condição de viúva, sem contrair novo matrimônio – como era recomendado – a fim de salvaguardar o patrimônio familiar, evitando que os bens que estivessem sob sua titularidade pudessem ser transferidos a outra linhagem por via matrimonial. Álvaro de Luna também lhe recordava, por um codicilo assinado em 1447, sobre a necessidade de permanecer viúva, casta e honrada, condição *sine qua non* para tomar posse dos bens que lhe seriam deixados.³¹ Além disso, em seu livro o condestável acentuava tal conduta ao citar o exemplo de Semprônia, irmã de Tiberio Graco, a qual:

*depois da morte de seu marido e de seus irmãos, estando viúva, esclareceu-se muito virtuosamente, mantendo a castidade e toda honestidade e bondade; mostrando bem, por sua vida e obras, a memória da alta, generosa e virtuosa linhagem de onde descendia, e também do marido com quem fora casada.*³²

Além de manter-se viúva, Juana Pimentel passou a assinar como “a triste condessa” em expressão de luto e protesto pela execução do marido, passando à História com este cognome. Esta ação, identificada também em rainhas e duquesas medievais³³, recorda à “clara

³⁰ REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA. **Memorias de Enrique IV**, tomo II. Madrid: Establecimiento tipográfico de Fortanet, 1913.

³¹ CALDERÓN ORTEGA, José Manuel. **Álvaro de Luna (1419-1453). Colección diplomática**. DYKINSON, 1999, p. 366.

³² Álvaro de Luna, *Op.cit.*, p. 100. “Después de la muerte de su marido, e de sus hermanos, estando biuda, esclareció muy virtuosa mente, manteniendo castidad, e toda onestad e bondad; mostrando bien, por su vida e obras, la memoria del alto, e generoso, e virtuoso linage de donde ella descendia, e asi mesmo, del marido con quien ella fuera casada”.

³³ A utilização do pseudônimo de “a triste condessa”, “a triste duquesa” ou “a triste rainha” foi utilizado na Idade Média para ressaltar a condição de viúva de certas mulheres nobres. Entretanto, era mais utilizado entre as rainhas, sendo “a triste condessa”, ao que tudo indica, uma expressão adotada exclusivamente por Juana Pimentel, dado seu conhecimento a respeito dos usos da Corte. Ver: BECEIRO PITA, Isabel e CORDOBA DE LA LLAVE, Ricardo. **Parentesco, poder y mentalidad. La nobleza castellana siglos XII-XV**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990.

e virtuosa” Marcia, filha de Catão de Útica, que, estando viúva, guardou luto todos os seus dias em memória de seu esposo.³⁴

Preserva-se no *Archivo Histórico de la Nobleza* (Toledo, Espanha) uma série de documentos, datados a partir de 1453 – portanto posteriores à produção do tratado – que registram uma importante característica da condessa: a manipulação da dialética em suas negociações, ora usando tons persuasivos e coercitivos, ora adotando um tom mais diplomático. Em suas cartas enviadas a Juan II no contexto da prisão de Álvaro de Luna, nota-se um tom coercitivo, ameaçador e insurgente, como comentado, expressando toda a ira de uma esposa que já não via nas negociações uma saída, restando-lhe apenas as armas mais incisivas. Não obstante, o tom diplomático aparece, por exemplo, nas extensas tratativas que conduziu com o marquês de Santillana e, posteriormente, com Diego Hurtado de Mendoza, I duque do Infantado, para concretar o matrimônio de sua filha, Maria de Luna, com o filho do duque, Íñigo López de Mendoza. No documento das capitulações, datado de 21 de março de 1459, percebe-se a igualdade de posição entre a condessa – nesse momento viúva – e o duque do Infantado, ao impor suas condições e propor cláusulas.³⁵ Mais que apenas conseguir a assinatura das capitulações matrimoniais, a condessa também acordou com o duque do Infantado, em 31 de março de 1459, um pacto de amparo mútuo entre suas pessoas, suas casas e seus criados, ao longo de toda a vida, aliança que se mostrou de suma importância para a ascensão social da família após a queda do condestável.³⁶

No *Livro das Claras e Virtuosas Mulheres*, Álvaro de Luna valoriza a dialética como uma dádiva e reconhece o poder feminino tanto de persuasão, herdado de Eva, quanto de intercessão, herdado da Virgem Maria, aspectos que respaldam a ação política feminina, de maneira geral e, consequentemente, das mulheres de sua casa. Como exemplo, o autor cita Betsabê³⁷, mãe do rei Salomão, mulher de notável oratória e poder argumentativo, e a Sofonisba, que “com suas doces palavras e súplicas, inclinou tanto o coração do marido ao seu desejo”³⁸, exercendo sobre ele um poder de convencimento mediante sua sabedoria e retórica. Apesar de não haver registros do uso dialético no contexto matrimonial, dadas as evidências posteriores é provável que a condessa empregasse este artifício também nos

³⁴ *Ibidem*, p. 106.

³⁵ *Archivo Histórico de la Nobleza*, Osuna, c. 1743, d. 3 e 4.

³⁶ *Archivo Histórico de la Nobleza*, Osuna, c. 1860, d. 9.

³⁷ Álvaro de Luna, *Op.cit.*, p. 59.

³⁸ *Ibidem*, p. 182. “Con sus blandas palabras e ruegos, tanto inclino el corazón del marido a su deseo”.

assuntos nupciais, levando seu esposo a reconhecer essa aptidão feminina tão evidente também em sua companheira.

Além da dialética, a condessa também recorria às armas quando julgava necessário. Em duas ocasiões, envolveu-se em confrontos armados para impedir a confiscação dos bens de sua família, primeiro contra Juan II e depois contra Enrique IV. No primeiro caso, em maio de 1453, durante a prisão de Álvaro de Luna, a condessa tentou impedir a entrada do monarca e seus homens no castelo de Escalona. Em uma carta enviada à cidade de Toledo, Juan II relatou que, na ocasião, Juana Pimentel se havia levantado e se rebelado contra Sua Majestade e o pendão real, lançando pedras, flechas e colubrinhas para impedir sua entrada na fortaleza, resultando em ferimentos e mortes.³⁹ Anos depois, em dezembro de 1461, em resposta ao apoio “ilícito” dado por Juana Pimentel ao seu sobrinho, Juan de Luna, para a anexação de Cornago⁴⁰, Enrique IV, Juan Pacheco – marquês de Vilhena – e suas tropas se dirigiram ao castelo de Montalbán, propriedade da condessa, sendo recebidos conforme relata o monarca em documento conservado no *Archivo Histórico de la Nobleza*:

Eu fui pessoalmente perto do dito castelo de Montalbán e, levantando meu estandarte real por meu rei de armas e com trombetas, pública, notória e solenemente a requeri, chamei e fiz requerer e chamar para que me acolhesse e recebesse, e fizesse acolher e receber no dito castelo, como era obrigada a seu rei e senhor natural, oferecendo-lhe para isso suficiente segurança; e, ainda assim, preservou em sua rebelião e desobediência, e o que é mais grave, mandou e permitiu que disparassem contra mim e contra o dito meu estandarte real e rei de armas, e contra outras pessoas que comigo, estavam com canhões de mão e bombardas, em grande menosprezo e ofensa a mim e à minha coroa.⁴¹

Em ambos os conflitos, a condessa demonstrou “virilidade”, uma qualidade também destacada no *Livro das Claras e Virtuosas Mulheres* como adequada em situações como a defesa armada dos domínios de uma dama. No livro, o condestável cita o exemplo de Pantasilea, descrita como uma mulher forte, prudente e viril, que tomou as armas com dignidade em prol da defesa de seu reino:

³⁹ REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA, *Op.cit.*, p. 94.

⁴⁰ A vila de Cornago, propriedade de Álvaro de Luna, foi entregue por ele a sua filha bastarda, casada com seu sobrinho Juan de Luna. Uma vez confiscadas todas as propriedades do condestável, Cornago caiu em mãos do rei, motivo pelo qual Juan de Luna pretendia reconquistá-la para sua esposa com a ajuda de Juana Pimentel e outros nobres.

⁴¹ *Archivo Histórico de la Nobleza*, Frías, c. 126, d.31 e 32. “Yo fui en persona cerca del dicho castillo de Montalbán, y levantando mi pendón real por mi rey de armas y con trompetas, pública y notoria y solemnemente la requeri y llamé e hice requerir y llamar para que me acogiese y recibiese e hiciese acoger y recibir en el dicho castillo, según que era obligada a su Rey y Señor natural, ofreciéndola para ello suficiente seguridad; y todavía perseveró en su rebelión y desobediencia, y lo que más grave es, mandó y permitió tirar contra mí y contra el dicho mi pendón real y rey de armas y otras mis gentes que conmigo estaban con truenos y bombardas en muy grande menosprecio y ofensa mía y de mi corona”.

*Finalmente, ela falou com o rei Príamo e o encorajou para que saíssem a guerrear contra os gregos; para o qual vestiu suas armas muito notáveis e, do mesmo modo, mandou armar bem suas donzelas, e foi com elas, cavalgando em seus cavalos, em direção às portas da cidade. E saíram, e guerrearam contra os gregos maravilhosamente, em especial relatam os historiadores que a dita rainha fez coisas maravilhosas com suas próprias mãos, pois jamais desferia um golpe de espada sem matar ou ferir mortalmente aquele a quem o dirigia (...) não só é de igualar a grandes e esforçados cavaleiros, mas até supera alguns deles.*⁴²

Igualmente destaca-se a referência à dama que matou Abimeleque, a qual recebeu do condestável o seguinte parecer: *“Ó grande fortaleza de coração desta nobre mulher! Que, tomando para si o ofício das armas, próprio dos varões, desejando livrar da morte e da cruel servidão a sua terra e povo, com tão grande e virtuosa fortaleza de coração, matou aquele tirano”*⁴³. Como é possível constatar, o uso das armas por mãos femininas não é objeto de crítica pelo condestável, mas uma prática admirável dada a coragem e força necessárias para fazê-lo, o que reforça seu posicionamento favorável à autoridade feminina.

Apesar do ideal de mulher difundido por autores como Alfonso Martínez de Toledo em *El Corbacho* – definido por indivíduos alheios à política, às armas e à dialética – a presença feminina em conflitos armados não era excepcional, especialmente no caso das viúvas, considerando que o estado de viuvez às impunha certos comportamentos considerados “viris”, tais como o exercício da autoridade, do comando, da defesa de sua honra e da honra de sua descendência, entre outros. Entretanto, observa-se no século XV, como fruto da “querela das mulheres” e das reflexões sobre a essência feminina, uma flexibilização teórica por parte de certos autores em relação aos ideais de feminilidade, uma flexibilização pautada não apenas no estudo teológico e humanístico como resposta ao debate literário em vigor, mas também na observação das ações e comportamento das mulheres de sua própria sociedade. Nesse sentido, o tratado do condestável de Castela é um nítido retrato dessa nova ordem, “oficializando” na teoria aquilo que já era uma realidade na prática.

Além das virtudes políticas, Álvaro de Luna também ressalta – como não poderia ser de outra maneira – as virtudes teologais, comumente associadas à feminidade e presentes na

⁴² Álvaro de Luna, *Op.cit.*, pp. 155-156. “Finalmente, ella fablo con el rrey Priamo, e lo esforço para que salliesen a pelear contra los griegos; para lo qual, ella vistio sus armas muy notables, e asi mesmo fizo armar bien sus donzellas, e se fue con ellas, caualgando en sus cauallos, contra las puertas de la çibdad. E sallieron, e pelearon contra los griegos marauillosamente, en espeçial rrecuentan los ystoriadores, que la dicha rreyna fizo cosas marauillosas por sus manos, ca iamas non daua golpe de espada, que non matase o llagase mortalmente, a aquel a quien daua (...) non solo es de ygualar a grandes e esforçados caualleros, mas aun que paso a algunos dellos”.

⁴³ *Ibidem*, p. 54. “¡O grande fortaleza de coração desta noble mujer! Que tomado el oficio de las armas, que es propio de los varones, deseando librar de muerte e cruel seruidunbre la su tierra e pueblo, con tan grande e virtuosa fortaleza de coração, mato aquel tirano”.

vida de diversas “claras e virtuosas” mulheres. A esperança e a caridade, várias vezes destacadas na obra, se evidenciam na vida de Juana Pimentel, por exemplo, no desejo, manifestado em seu testamento, de ser sepultada usando o hábito de São Francisco – prática usual entre a nobreza do século XV – e de doar todos os remanescentes de seus bens móveis aos conventos mais necessitados do reino.⁴⁴

Além de atualizar-se sobre as tendências literárias de seu entorno, Álvaro de Luna procurou que sua obra servisse como uma espécie de “espelho de princesa” destinado à educação feminina no ambiente de corte, em particular à de sua filha, Maria de Luna y Pimentel. Nesse “espelho de princesa”, o condestável incentivava a busca não apenas das virtudes teológicas — fé, esperança e caridade — mas também das virtudes cardeais — prudência, temperança, fortaleza e justiça — evidenciando sua perspectiva sobre a capacidade feminina e seu papel na sociedade, principalmente para resguardar e exaltar o poder das mulheres de sua linhagem.⁴⁵ Em 1446, ano de publicação do tratado, Maria contava com quatorze anos e recebia sua formação no castelo de Escalona, sob os cuidados de sua mãe. Nesse processo formativo, a futura duquesa do Infantado não apenas teria acesso à obra de seu pai como também se educaria segundo suas diretrizes. Seu empenho na conquista do traslado dos restos mortais de Álvaro de Luna de Valladolid, onde faleceu, a Toledo, onde se encontrava a capela funerária da família, dá testemunho não apenas de seu compromisso para com sua linhagem, ao dar um digno enterramento ao patriarca, mas testemunha também sua dialética nas tratativas com o arcebispado, os monarcas e, antes de tudo, com os próprios Mendoza, sua família política, peça chave na restituição do prestígio dos Luna y Pimentel após a humilhante execução do condestável, dada sua influência na corte.⁴⁶

Por outro lado, o *Livro das Claras e Virtuosas Mulheres* também serviu de inspiração compositiva para o retábulo-mor que Maria de Luna mandaria fazer para a mesma Capela de Santiago, obra que, junto aos sepulcros de alabastro de seus pais, materializariam o cuidado da duquesa, legado por Juana Pimentel⁴⁷, em entamar uma memória magnífica de sua

⁴⁴ *Archivo Histórico de la Nobleza*, Osuna, c. 1739, d. 8.

⁴⁵ Além de passar muito tempo fora de seus domínios, atendendo a seus deveres como condestável, a situação de Álvaro de Luna na corte era cada vez mais delicada, principalmente após a Batalha de Olmedo (1445). Por esse motivo, lhe interessava garantir o poder e a autoridade de sua esposa e filhos como forma de resguardar seus bens.

⁴⁶ MARTÍNEZ LÓPEZ, Rocío. “La tumba de don Álvaro de Luna: significado político de la última morada del valido”. In: LÓPEZ GÓMEZ, Óscar (coord.). **Don Álvaro de Luna y Escalona**. Poder, propaganda y memoria histórica en el otoño de la Edad Media. Toledo, 2013, pp. 243-284.

⁴⁷ Sobre a atuação de Juana Pimentel na construção da memória dos Luna, ver: SILVA VARGAS, Lorena da. Juana Pimentel y la Capilla de Santiago de la Catedral de Toledo: patronazgo, devoción y memoria. **IDS, Revista De Jóvenes Humanistas**, 2, 85-106. <https://doi.org/10.15581/030.2.004>

estirpe, ocultando, assim, o famigerado rastro deixado pela condenação do condestável. Para tanto, buscaria ressaltar as “boas obras” desempenhadas e as honras disfrutadas por seu pai, entre as quais o cargo de Mestre da Ordem de Santiago e a qualidade de homem de letras, sobretudo por meio de seu tratado.⁴⁸

O retábulo-mor da Capela de Santiago (figura 1) foi encomendado pela duquesa ao entalhador Pedro de Gumiel e aos pintores Sancho de Zamora e Juan de Segovia no dia 21 de dezembro de 1488. No contrato de elaboração da obra, a duquesa delimitava cada detalhe do programa iconográfico: tratava-se de uma obra de características flamencas composta por quatorze painéis, cujas imagens deveriam ser “*de pincel, de muito gentis ordenações da arte nova e de cores muito finas (...) e graciosos rostos estrangeiros*”⁴⁹. Tais imagens seriam definidas pela condessa por meio de uma relação a ser entregue aos artífices. A marcenaria deveria ser de fino ouro brunido e, ao centro, uma talha de Santiago apóstolo protagonizaria o retábulo.

⁴⁸ Com respeito à construção do discurso político da linhagem por parte de María de Luna, ver:

MIQUEL JUAN, Matilde y PÉREZ MONZÓN, Olga. Entre imaginería, brocados, colores, pinceles y el arte nuevo. Patronato artístico femenino de María de Luna y la memoria paterna, **e-Spania**, 24: s.p., 2016.

PÉREZ MONZÓN, Olga. La imagen del poder nobiliario en castilla. el arte y las órdenes militares en el tardogótico, **Anuario De Estudios Medievales**, 37 (2): 907-956, 2007.

OLIVARES MARTÍNEZ, Diana. “Mujeres de la aristocracia y memoria de los linajes. Un análisis a través de los monumentos funerarios: María de Luna y Mencía de Mendoza”. In: **Género y envejecimiento. XIX Jornadas de Investigación Interdisciplinar**. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2013, pp. 587-610.

MARTÍNEZ LÓPEZ, Rocío. “La tumba de don Álvaro de Luna: significado político de la última morada del valido”. In: LÓPEZ GÓMEZ, Óscar (coord.). **Don Álvaro de Luna y Escalona. Poder, propaganda y memoria histórica en el otoño de la Edad Media**. Toledo, 2013, pp. 243-284.

⁴⁹ *Archivo Histórico de la Nobleza*, Osuna, c. 1734, d. 7. “De pincel de muy gentiles ordenanças del arte nueva e de muy finos colores (...) e graciosos rostros estrangeros”.

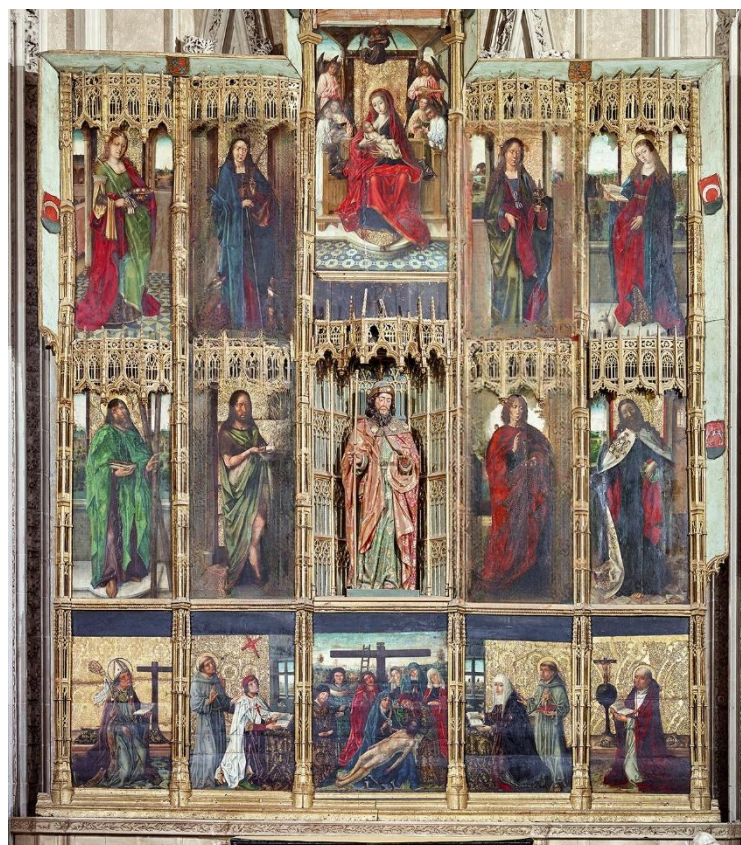


Figura 1: Sancho de Zamora e Juan de Segovia, retábulo da Capela de Santiago, 1489, Catedral de Toledo.

O tratado de Álvaro de Luna se evidencia na parte superior da obra por meio de cinco santas (da esquerda à direita): Santa Ágata, Santa Catarina de Alexandria, a Virgem Maria com o Menino, Santa Maria Madalena e Santa Inês. Apesar de ser uma seleção composta por santas comumente veneradas a finais do século XV em Castela, respondem a verdadeiras personificações das virtudes cardeais e teologais ressaltadas pelo autor.

No livro, Santa Ágata é exaltada por sua honestidade para com Deus e pela paciência com que sofreu seu martírio, sendo, portanto, um exemplo de fé e esperança. Santa Catarina é lembrada por sua extraordinária sabedoria, dialética e clareza em todas as artes, sendo anteposta pelo autor a Aristóteles e a Platão: “*E assim ela, com razão, deve ser anteposta, não somente a Aristóteles (...), mais também a Platão, de quem lemos que foi chamado Deus dos filósofos*”⁵⁰. Inaugurando o livro aparece a Virgem Maria, exemplo máximo de feminilidade, devoção e santidade. Maria Madalena, por sua vez, é exemplo de conversão, uma mulher que, reconhecendo seus pecados, buscou o caminho de Deus e viveu com esperança, caridade e amor a Cristo. Álvaro de Luna confessa que hesitou em falar sobre Maria Madalena pelas

⁵⁰ Álvaro de Luna, *Op.cit.*, p. 247. “E así ella con rrazon deue ser ante puesta, non sola mente a Aristotiles (...) mas aun Platón, que leemos que fue llamado dios de los philosophos”.

partes “desonestas” de sua biografia, mas que não podia deixar “*passar calada tão maravilhosa santidade, não me parecia coisa de homem instruído e sábio*”⁵¹. Com esta apreciação, ele deixa claro que a crítica ao gênero feminino pautada unicamente em suas debilidades consiste em uma ação própria de homens pouco instruídos, relacionando, portanto, a causa feminina à sabedoria e ao próprio humanismo. Por fim, Santa Inês aparece no tratado como exemplo não apenas de castidade, mas também de fortaleza por ter sido perseguida e martirizada.

Conclusões

O *Livro das Claras e Virtuosas Mulheres*, fruto de um contexto de teorização sobre a natureza e o comportamento femininos, teve como propósito inserir seu autor, o condestável de Castela, dom Álvaro de Luna, no centro de um dos debates mais relevantes da corte castelhana de seu tempo. Na obra, Álvaro de Luna demonstrava sua erudição enquanto atendia, como fiel vassalo, ao pedido da rainha Maria de Aragão para prestar seu empenho humanista a favor das mulheres.

Ao trazer para o discurso figuras exemplares já exaltadas por São Jerônimo e Voragine, o condestável analisava as boas ações femininas atentando-se não apenas em seu comportamento caritativo e piedoso, como a maioria de seus coetâneos, mas ressaltando sua prudência, justiça, fortaleza e temperança como forma de legitimar a autoridade feminina. Ao passo em que alguns autores criticavam a adoção de “comportamentos viris”, expressos tanto na dialética quanto, e principalmente, no uso das armas, Álvaro de Luna entendia tais atitudes como um ato senhorial, uma prova de valentia em situações como a defesa da honra e das possessões familiares, principalmente no caso das viúvas, sob as quais recaíam as responsabilidades de proteção de sua estirpe.

Ao incentivar as mulheres a buscarem no cotidiano não apenas as virtudes teológicas, mas também as virtudes cardeais, Álvaro de Luna transformou seu *Livro das Claras e Virtuosas Mulheres* em um verdadeiro “espelho de princesa”, contribuindo para a teorização e reconhecimento de um conceito de feminilidade já latente em seu entorno – identificado, por exemplo, em sua esposa, Juana Pimentel – e para sua repercussão, refletindo, por exemplo em sua filha, Maria de Luna. Mais que isso: buscou construir em seu tratado uma narrativa, pautada nas virtudes políticas, que delimitasse uma imagem de poder e autoridade para sua linhagem, uma estratégia de comunicação simbólica que seria impulsionada por Maria de

⁵¹ *Ibidem*, p. 226. “Pasar callada tan marauillosa santidade, non me parecia cosa de onbre enseñado e sabio”.

Luna e Juana Pimentel através da promoção das próprias virtudes do condestável, tanto em sua Crônica quanto em sua capela funerária.

Referências bibliográficas

ALFONSO X. **Las Siete Partidas**. Ed. Gonzalo Martínez Díez. Madrid: Lex Nova, 1988. Original publicado no século XIII.

ÁLVARO DE LUNA. **Libro de las Claras y Virtuosas Mujeres**. Edición crítica de Don Manuel Castillo. Madrid-Toledo: Establecimiento tipográfico de Rafael G. Menor, 1908. Original datado de 1446.

ÁLVARO DE LUNA. **Virtuosas e Claras Mugeres**. Edición, introducción y notas de Lola Pons Rodríguez. Segovia: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua, 2008.

ARMSTRONG-PARTIDA, Michelle. Making Women, Masculinity, Same-Gender Desire, and the GenderQueer Visible in Medieval Iberian History, **Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies**, 47: 87-109, 2022.

BECEIRO PITA, Isabel e CORDOBA DE LA LLAVE, Ricardo. **Parentesco, poder y mentalidad. La nobleza castellana siglos XII-XV**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990.

BERCO, Christian. “Juana Pimentel, the Mendoza Family, and the Crown”. In: NADER, Helen (ed.). **Power and Gender in Renaissance Spain: Eight Women of the Mendoza Family, 1450-1650**. Illinois: University of Illinois Press, 2004, pp. 27-47.

CALDERÓN ORTEGA, José Manuel. **Álvaro de Luna (1419-1453). Colección diplomática**. DYKINSON, 1999.

CHICOTE POMPANIN, María Teresa y FUENTES ORTIZ, Ángel. “‘El auctor de esta obra es el condestable don Álvaro de Luna’. Génesis, iluminación y suntuosidad en las Virtuosas e Claras Mujeres”. In: LÓPEZ GÓMEZ, Óscar. (coord.). **Don Álvaro de Luna y Escalona. Poder, propaganda y memoria histórica en el otoño de la Edad Media**. Toledo, 2013, pp. 171-212.

GONZALO CHACÓN. **Crónica de don Álvaro de Luna**. Edición de Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa-Calpe, 1940. Original datado de 1545.

HERNÁNDEZ AMEZ, Vanesa. Mujer y santidad en el siglo XV: Álvaro de Luna y El Libro de las Virtuosas e Claras Mugeres, **Archivum**, 52/53: 255-288, 2002/2003.

LOPRETE, Kimberly. "Gendering viragos: medieval perceptions of powerful women". In: MEEK, Christine E. e LAWLESS, Catherine (eds.). **Victims or viragos?** Dublin: Four Courts Press, 2005, pp. 17-38.

MARINI, Massimo. Virtuosas e claras mugeres de Álvaro de Luna: escritura y erudición en la corte de Juan II, **Anuario de Estudios Medievales**, 54 (1): s.p, 2024.

MARTÍNEZ LÓPEZ, Rocío. "La tumba de don Álvaro de Luna: significado político de la última morada del valido". In: LÓPEZ GÓMEZ, Óscar (coord.). **Don Álvaro de Luna y Escalona**. Poder, propaganda y memoria histórica en el otoño de la Edad Media. Toledo, 2013, pp. 243-284.

MIQUEL JUAN, Matilde y PÉREZ MONZÓN, Olga. Entre imaginería, brocados, colores, pinceles y el arte nuevo. Patronato artístico femenino de María de Luna y la memoria paterna, **e-Spania**, 24: s.p., 2016.

OLIVARES MARTÍNEZ, Diana. "Mujeres de la aristocracia y memoria de los linajes. Un análisis a través de los monumentos funerarios: María de Luna y Mencía de Mendoza". In: **Género y envejecimiento. XIX Jornadas de Investigación Interdisciplinar**. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2013, pp. 587-610.

OPITZ, Claudia. "Vida cotidiana de las mujeres en la Baja Edad Media (1250-1500)". In: DUBY, Georges y PERROT, Michelle (eds.). **Historia de las mujeres. La Edad Media**. Madrid: Taurus, 1992, pp. 321-390

PAULINO MONTERO, Elena. **Arquitectura y Nobleza en la Castilla bajomedieval. El patrocinio de los Velasco entre al-Andalus y Europa (1313-1512)**. Madrid: La Ergástula, 2020.

PEDRO CARRILLO DE HUETE. **Crónica del Halconero de Juan II**. Edición y estudio de Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa-Calpe, 1946. Original datado entre 1501 e 1600.

PEDRO DE ESCAVIAS. **Repertorio de príncipes de España**. Edición de Michel García. Jaén, 1972. Original datado do século XV.

PÉREZ MONZÓN, Olga. La imagen del poder nobiliario en castilla. el arte y las órdenes militares en el tardogótico, **Anuario De Estudios Medievales**, 37 (2): 907-956, 2007.

REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA. **Memorias de Enrique IV**, tomo II. Madrid: Establecimiento tipográfico de Fortanet, 1913.

SCHULENBURG, Jane Tibbetts. **Forgetful of their sex: female sanctity and society**. Chicago: University Of Chicago Press, 2001.

SILLERAS-FERNÁNDEZ, Núria. "Iberian Queenship: Theory and Practice". En: GERLI, M y GILES, R. (eds.). **Routledge's Hispanic Studies Companion to Medieval Iberia: Unity in Diversity**. Routledge, 2021, pp. 303–324.

SILVA VARGAS, Lorena da. Juana Pimentel y la Capilla de Santiago de la Catedral de Toledo: patronazgo, devoción y memoria. **IDS, Revista De Jóvenes Humanistas**, 2, 85-106. <https://doi.org/10.15581/030.2.004>